



**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis,
Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2009 e 2008



Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3 - 4
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de superávit/(déficit)	6
Demonstrações das mutações do patrimônio social	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10 - 33



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho Curador e Diretoria da
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e
Financeiras - FIPECAFI
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do superávit / (déficit) das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o superávit / (déficit) de suas operações, as mutações do seu patrimônio social, os fluxos de caixa e o valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo principal de emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1. As informações suplementares denominadas “em moeda de poder aquisitivo constante” estão apresentadas com o objetivo de fornecer informações para análises adicionais, não sendo parte integrante das demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, nem tampouco sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, essas informações complementares foram sujeitas aos procedimentos aplicados no exame das demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, sendo que não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nessas informações suplementares, para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas em relação às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em seu conjunto.

São Paulo, 20 de abril de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

Ativo	Nota	Legislação societária		Em moeda de capacidade aquisitiva constante		Passivo	Nota	Legislação societária		Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008	2009	2008
Circulante						Circulante					
Disponibilidades		37.104	517.039	37.104	535.894	Fornecedores		123.388	173.194	123.388	179.510
Aplicações financeiras	4	-	1.819.835	-	1.886.199	Salários, encargos e impostos a recolher		131.169	134.199	131.169	139.093
Fundo de pesquisas	4	1.621.777	1.488.611	1.621.777	1.542.896	Provisão de férias		282.459	255.719	282.459	265.044
Contas a receber de clientes		2.308.113	1.887.926	2.308.113	1.956.773	Contas a pagar		128.749	49.913	128.749	51.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(183.968)	(162.030)	(183.968)	(167.939)	Serviços prestados a pagar		1.094.967	1.252.933	1.094.967	1.298.624
Adiantamentos a terceiros		290.757	492.648	290.757	510.613	Adiantamento de clientes		403.322	599.301	403.322	621.155
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	6.375.781	-	6.608.287			<u>2.164.054</u>	<u>2.465.259</u>	<u>2.164.054</u>	<u>2.555.159</u>
Estoques		161.167	110.319	161.167	114.342	Não Circulante					
Despesas pagas antecipadamente		9.462	420.563	9.462	435.900	Exigível a longo prazo					
		<u>4.244.412</u>	<u>12.950.692</u>	<u>4.244.412</u>	<u>13.422.965</u>	Provisão para riscos fiscais	6	-	105.066	-	108.896
Não Circulante						Mútuo		958.106	-	958.106	-
Realizável a longo prazo						Financiamento	7	<u>13.565.504</u>	<u>-</u>	<u>13.565.504</u>	<u>-</u>
Depósito judicial		5.916.726	1.038.301	5.916.726	1.076.165			<u>14.523.610</u>	<u>105.066</u>	<u>14.523.610</u>	<u>108.896</u>
Fundo para Internacionalização do depto. de contabilidade e Atuária da FEA/USP	4	7.170.659	7.413.357	7.170.659	7.683.700	Patrimônio social					
Aplicações financeiras	4	<u>2.070.678</u>	<u>1.997.823</u>	<u>2.070.678</u>	<u>2.070.678</u>	Patrimônio social	8	20.190.876	20.190.876	29.068.786	29.068.786
		<u>15.158.063</u>	<u>10.449.481</u>	<u>15.158.063</u>	<u>10.830.543</u>	Reservas patrimoniais		38.390	38.390	86.767	86.767
Permanente						Superávit acumulado		<u>6.671.635</u>	<u>6.297.013</u>	<u>1.012.242</u>	<u>1.268.574</u>
Investimentos		832	832	984	984			<u>26.900.901</u>	<u>26.526.279</u>	<u>30.167.795</u>	<u>30.424.127</u>
Imobilizado	5	24.070.055	5.596.200	27.276.307	8.674.669	Total do passivo					
Intangível		<u>115.203</u>	<u>99.399</u>	<u>175.693</u>	<u>159.021</u>			<u>43.588.565</u>	<u>29.096.604</u>	<u>46.855.459</u>	<u>33.088.182</u>
		<u>24.186.090</u>	<u>5.696.431</u>	<u>27.452.984</u>	<u>8.834.674</u>						
Total do ativo		<u>43.588.565</u>	<u>29.096.604</u>	<u>46.855.459</u>	<u>33.088.182</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações de superávit / (déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

	Nota	Legislação societária		Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
		2009	2008	2009	2008
Receita operacional bruta		17.738.236	15.341.104	17.947.091	16.176.461
Dedução da receita bruta					
Impostos incidentes sobre a receita		<u>(536.961)</u>	<u>(467.278)</u>	<u>(545.275)</u>	<u>(496.782)</u>
Receita operacional líquida		17.201.275	14.873.826	17.401.816	15.679.679
Custos dos serviços prestados		<u>(14.419.796)</u>	<u>(13.308.062)</u>	<u>(14.730.506)</u>	<u>(14.094.626)</u>
Resultado bruto		<u>2.781.479</u>	<u>1.565.764</u>	<u>2.671.310</u>	<u>1.585.053</u>
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(7.701.320)	(6.048.664)	(7.504.270)	(6.467.541)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		400.978	1.958.295	(325.494)	767.641
Outras receitas operacionais					
Reversão de provisões tributárias	6	<u>4.893.485</u>	<u>-</u>	<u>4.902.122</u>	<u>-</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>374.622</u></u>	<u><u>(2.524.605)</u></u>	<u><u>(256.332)</u></u>	<u><u>(4.114.847)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

	Legislação societária			Total
	Patrimônio social	Reservas patrimoniais	Superávits acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2008	20.190.876	38.390	8.821.618	29.050.884
Déficit do exercício	-	-	(2.524.605)	(2.524.605)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	20.190.876	38.390	6.297.013	26.526.279
Superávit do exercício	-	-	374.622	374.622
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>20.190.876</u>	<u>38.390</u>	<u>6.671.635</u>	<u>26.900.901</u>

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante			Total
	Patrimônio social	Reservas patrimoniais	Superávits acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2008	29.068.786	86.767	5.383.421	34.538.974
Déficit do exercício	-	-	(4.114.847)	(4.114.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>29.068.786</u>	<u>86.767</u>	<u>1.268.574</u>	<u>30.424.127</u>
Superávit do exercício	-	-	(256.332)	(256.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>29.068.786</u>	<u>86.767</u>	<u>1.012.242</u>	<u>30.167.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

	Legislação societária		Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2009	2008	2009	2008
Atividades operacionais				
Superávit (déficit) do exercício	374.622	(2.524.605)	(256.332)	(4.114.848)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Despesas com a Internacionalização do Depto. de Contabilidade e Atuária da FEA/USP	301.046	246.633	306.162	261.668
Depreciação e amortização	1.037.280	655.146	1.054.909	692.885
Variação monetária do exigível a longo prazo	-	-	-	-
Provisões de impostos e outras obrigações no exigível a longo prazo	13.191.867	482.078	14.187.606	510.875
Reversão de provisões tributárias	(4.893.485)	-	(4.902.122)	-
Variações no ativo circulante				
Aumento (redução) nas aplicações financeiras vinculadas	6.375.781	(673.221)	6.608.287	(332.792)
Aumento (redução) em outras variações no ativo circulante	30.729	(567.360)	185.277	(353.116)
Variações no passivo circulante				
Aumento (diminuição) no passivo circulante	(301.205)	671.361	(301.205)	581.029
Variações no realizável a longo prazo				
Aumento dos depósitos judiciais	(518.508)	(1.641.901)	(525.759)	(416.330)
Aumento do Fundo de Internacionalização do Depto. de Contabilidade e Atuária da FEA/USP	(410.663)	(763.016)	(417.642)	(355.454)
Variações do exigível a longo prazo				
Aumento (redução) das provisões para riscos fiscais	926.368	1.119.426	162.286	(79.271)
Total das atividades operacionais	<u>16.113.832</u>	<u>(2.995.459)</u>	<u>16.101.467</u>	<u>(3.605.356)</u>
Atividades de investimentos				
Aplicações em investimentos	72.855	(116.192)	-	-
Aquisições de imobilizados	(18.486.457)	(570.271)	(18.486.457)	(596.054)
Total das atividades de investimento	<u>(18.413.602)</u>	<u>(686.463)</u>	<u>(18.486.457)</u>	<u>(596.054)</u>
Varição líquida de caixa	(2.299.770)	(3.681.922)	(2.384.990)	(4.201.409)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	<u>2.336.874</u>	<u>6.018.796</u>	<u>2.422.094</u>	<u>6.623.504</u>
Caixa mais equivalentes de caixa finais	<u><u>37.104</u></u>	<u><u>2.336.874</u></u>	<u><u>37.104</u></u>	<u><u>2.422.094</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

	Legislação societária		Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2009	2008	2009	2008
Receitas				
Receitas de serviços	17.738.236	15.341.104	17.947.091	16.176.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(183.968)	(162.030)	(183.968)	(167.939)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Despesas dos serviços prestados	(13.032.569)	(11.592.902)	(13.319.703)	(12.267.282)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.670.700)	(2.591.187)	(2.716.089)	(2.805.255)
Valor adicionado bruto	1.850.999	994.985	1.727.331	935.985
Depreciação e amortização	(1.037.280)	(655.146)	(1.054.909)	(692.885)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	813.719	339.839	672.422	243.100
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas (despesas) financeiras	400.978	1.958.295	(325.494)	767.641
Reversão de provisões tributárias	4.893.485	-	4.902.122	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>6.108.182</u>	<u>2.298.134</u>	<u>5.249.050</u>	<u>1.010.741</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>6.108.182</u>	<u>2.298.134</u>	<u>5.249.050</u>	<u>1.010.741</u>
Empregados				
Remuneração direta	2.521.446	2.508.496	2.239.489	2.672.270
Benefícios	756.816	649.481	769.678	691.733
FGTS	181.413	156.355	184.496	166.954
Tributos				
Impostos, taxas e contribuições	1.393.108	1.028.407	1.415.973	1.094.040
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	880.777	480.000	895.746	500.591
Remuneração de capitais próprios				
Superávits retidos/prejuízo do exercício	374.622	(2.524.605)	(256.332)	(4.114.847)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como principais objetivos: colaborar com instituições públicas e privadas em programas de ciências contábeis, atuariais e financeiras, visando o seu desenvolvimento econômico-financeiro; promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos, com vistas à melhoria do ensino de Contabilidade, Finanças e Atuária; e colaborar na organização e implantação dos cursos de pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, dentre outros objetivos determinados em seu estatuto.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis básicas apresentadas de acordo com a legislação societária

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76), que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2008 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2009, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Fundação optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2009, todos os ajustes com impacto no resultado poderiam ser efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram mensuradas e registradas pela Fundação com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade:

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Resolução CFC nº 1.121/08;
- CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CFC nº 1.125/08;
- CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Resolução CFC nº 1.139/08;
- CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CFC nº 1.138/08 e 1.162/09;
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Resolução CFC nº 1.151/09;
- CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Resolução CFC nº 1.152/09 e Resolução CFC nº 1.152/09.

Até 31 de dezembro de 2010, a Fundação irá reavaliar as estimativas de vida útil econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e amortização. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa reavaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

Não houve necessidade de nenhum ajuste sobre o balanço patrimonial de transição da Fundação, em decorrência da aplicação da referida Lei e Medida Provisória, exceto pela apresentação das demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para riscos fiscais, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

c. Ativos circulante e não circulante

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Fundo de pesquisas - Resolução 01/2003**

Recursos fixados e destinados pelo Conselho Curador ao Fundo de Pesquisas no desenvolvimento de atividades educacionais e estatutárias da Fundação. O Fundo é atualizado mensalmente levando-se em conta as taxas médias de rendimento das aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4).

- **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

- **Estoques**

Representados por materiais de consumo, avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Tais materiais são utilizados para manutenção das atividades administrativas e de cursos.

- **Fundo para Internacionalização do Depto. de Contabilidade e Atuária da FEA/USP**

Refere-se a recursos financeiros a serem destinados, exclusivamente, ao Projeto de Internacionalização dos Docentes e Pesquisadores do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, em consonância com a política geral da Universidade de São Paulo.

- **Investimentos**

Referem-se a aplicações financeiras feitas em atendimento a dispositivos estatutários e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, que são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 5 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

- **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e os gerados internamente pela Fundação. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:
 - Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda;
 - Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

- Capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
 - Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos;
 - Disponibilidade de recursos técnicos financeiros;
 - Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento; e
 - Amortização.
- Os ativos intangíveis com vida útil definida (direito de uso de *softwares*) são amortizados pelo prazo de 5 anos, e o de vida útil indefinida (marcas e patentes) têm o seu valor recuperável testado, anualmente.

- **Redução ao valor recuperável**

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A Administração da Fundação não identificou indicadores que justificassem a constituição de provisão sobre seus ativos.

- **Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

d. Passivos circulante e não circulante

- **Encargos sociais e impostos a recolher**

A Fundação, com base no parecer de sua assessoria jurídica e por se considerar uma entidade que atende aos requisitos constitucionais que lhe conferem a condição de imunidade, impetrou em 20 de fevereiro de 1998 Mandado de Segurança e obteve liminar que impede a autoridade fiscal de contestar o direito que julga gozar com relação à não incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre os lucros apurados. Sendo assim, tal rubrica contempla apenas os valores de encargos sociais incidentes sobre a folha de salários e os impostos federais e municipais retidos na fonte dos prestadores de serviços.

- **Provisão de férias**

Constituída com base nos períodos vencidos e proporcionais, incluindo os respectivos encargos sociais.

- **Serviços prestados a pagar**

Referem-se a serviços prestados por terceiros em cursos, projetos e consultorias.

- **Adiantamento de clientes**

Correspondem aos valores recebidos antecipadamente para prestação futura de serviços e está composto por adiantamentos recebidos de clientes (alunos, empresas e outras entidades).

- **Mútuo**

Em 01 de outubro de 2009, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI celebrou Contrato de Mútuo com Instituto Brasileiro de pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - IPECAFI, visando o suprimento de caixa, a título de empréstimo, para efeito de gastos com pessoal e outros gastos de suas atividades. A taxa de juros celebrada é de 1% a.m. com vencimento em 31 de dezembro de 2011.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

e. Demonstrações contábeis suplementares apresentadas em moeda de capacidade aquisitiva constante

As demonstrações contábeis suplementares em moeda de capacidade aquisitiva constante foram elaboradas de acordo com a metodologia de correção integral estabelecida pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, Instrução nº 191/92, e em consonância com a resolução CFC nº 900/01 - Aplicação do Princípio da Atualização Monetária, aplicadas sobre as demonstrações contábeis básicas que estão preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas na Nota Explicativa nº 3. As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações contábeis suplementares estão assim representadas:

a. Índice de atualização

A atualização monetária do ativo permanente, patrimônio social, contas de resultado e apuração de ganhos e perdas dos itens monetários foi efetuada com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor - IPC - FIPE, que foi de 3,65% em 2009 e 6,16% em 2008.

b. Demonstrações contábeis de 2008

Os saldos das contas das demonstrações contábeis de 2008, para fins de comparação, foram atualizados à moeda de capacidade aquisitiva constante de 31 de dezembro de 2009.

c. Contas patrimoniais

Os ativos e passivos monetários das demonstrações suplementares em 31 de dezembro de 2009 apresentadas como “Em moeda de poder aquisitivo constante” são idênticos aos das demonstrações apresentadas como “Legislação Societária”.

O ativo permanente e o patrimônio social foram corrigidos monetariamente com base na variação do IPC-FIPE até 31 de dezembro de 2009.

d. Contas de resultado

Todas as contas foram atualizadas com base na variação do IPC-FIPE, a partir do mês de contabilização das transações. Elas foram ajustadas pelos ganhos e perdas gerados em consequência do efeito da inflação sobre os ativos e passivos monetários. Tais ganhos e perdas foram alocados às contas de resultados a que se vinculam.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

4 Aplicações financeiras

Instituição	Tipo de aplicação	Legislação societária		Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
		2009	2008	2009	2008
	CDB/RDB e Fundos de Renda Fixa:				
Banco Santander (Brasil) S.A.	Fundo FIC FI Performance Multimercado	135.302	53.036	135.302	54.970
Banco Itaú-Unibanco S.A.	Fundo Empresas RF	-	293.467	-	304.169
Banco do Brasil S.A.	Fundo BB R. Fixa LP 50 Mil	-	11.115	-	11.520
Banco CEF S.A.	Fundo FIC LP Personal	-	2.808.957	-	2.911.391
Banco Nossa Caixa S.A.	Fundo DRA - CDB	-	511.717	-	530.378
Banco Itaú-Unibanco S.A. - Private	Fundo Exclusive Referencial DI	8.334.028	8.608.585	8.334.028	8.922.514
Banco Santander (Brasil) S.A.	Fundo DI Priority	2.393.784	6.375.781	2.393.784	6.608.287
Banco Bradesco S.A.	FIC FI Refer. DI Platinum	-	432.749	-	448.530
		<u>10.863.114</u>	<u>19.095.407</u>	<u>10.863.114</u>	<u>19.791.759</u>
	(-) Fundo de Pesquisas - Resolução nº 01/2003	<u>1.621.777</u>	<u>1.488.611</u>	<u>1.621.777</u>	<u>1.542.896</u>
	(-) Carta de fiança (a)	<u>-</u>	<u>6.375.781</u>	<u>-</u>	<u>6.608.287</u>
	(-) Fundo de Internacionalização do EAC (b)	<u>7.170.659</u>	<u>7.413.357</u>	<u>7.170.659</u>	<u>7.683.700</u>
	(-) Permanente - Investimentos estatutários (c)	<u>2.070.678</u>	<u>1.997.823</u>	<u>2.070.678</u>	<u>2.070.678</u>
	Aplicações financeiras - Curto prazo	<u>-</u>	<u>1.819.835</u>	<u>-</u>	<u>1.886.198</u>

As aplicações financeiras da Fundação tiveram taxas nominais médias de rentabilidade de 0,72% a.m. em 2009 e de 0,90% a.m. em 2008.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

- (a) A Fundação possui débitos inscritos na Dívida Ativa do Município de São Paulo, que vêm sendo discutidos judicialmente. Esses débitos, de acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo, constituem-se em óbice à obtenção da certidão de regularidade fiscal junto ao município citado. Como condição para a emissão dessa certidão, o MM. Juízo do Ofício das Execuções Fiscais Municipais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo decidiu que a Fundação deveria obter uma garantia equivalente ao valor dos débitos inscritos para servir de garantia pecuniária. Sendo assim, no ano de 2006 a Fundação obteve junto ao Banco ABN Amro Real S/A a garantia exigida. A garantia foi feita através de duas cartas de fiança com prazo determinado, iniciando-se em 21 de dezembro de 2006 e extinguindo-se em 11 de dezembro de 2008, ou seja, com prazo de 355 dias. Entretanto, durante o exercício de 2008, a Prefeitura do Município de São Paulo pleiteou que os termos da referida carta fossem alterados. O MM. Juízo do Ofício das Execuções Fiscais Municipais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo aceitou tal pleito e a Fundação renegociou os termos da carta junto ao Banco ABN Amro Real S/A. Dessa forma, a partir do dia 18 de outubro de 2008, a carta de fiança passou a vigorar com prazo indeterminado. A fiança está sendo atualizada mensalmente pelo IPCA - Índices de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE e acrescida de juros moratórios de 1% a.m. desde a data de sua emissão. Em 2009 a FIPECAFI negociou as condições com o Banco ABN Amro Real S/A, de tal forma a não haver a necessidade de se manter o mesmo valor de aplicação na referida Instituição.
- (b) Referem-se a recursos financeiros fixados e destinados pelo Conselho Curador, em reunião realizada em 17 de agosto de 2005, com vistas ao Projeto de Internacionalização dos Docentes e Pesquisadores do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, em consonância com a política geral da Universidade de São Paulo. Mensalmente, os recursos destinados são atualizados pelas taxas médias de rendimento das aplicações financeiras. O presente Projeto prevê as seguintes atividades básicas:
- Intercâmbio de professores com universidades do exterior;
 - Participação de professores em eventos internacionais na apresentação de trabalhos;
 - Obtenção do grau de Doutorado e Pós-Doutorado no exterior para os docentes;
 - Participação em projetos com parceiros internacionais;
 - Publicações em revistas internacionais; e
 - Demais atividades necessárias à internacionalização do Depto. de Contabilidade e Atuária.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

- (c) O valor de R\$ 2.070.678 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 1.997.823 em 2008) tem como contra partida a rubrica de aplicações financeiras e representa o valor de aplicações financeiras feitas em atendimento a dispositivos estatutários. A referida rubrica está assim composta:

	<u>Legislação societária</u>		<u>Em moeda de capacidade aquisitiva constante</u>	
	2009	2008	2009	2008
Aplicações Financeiras	<u>2.070.678</u>	<u>1.997.823</u>	<u>2.070.678</u>	<u>2.070.678</u>
Total	<u>2.070.678</u>	<u>1.997.823</u>	<u>2.070.678</u>	<u>2.070.678</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

5 Imobilizado

	% anual de depreciação/ amortização	Legislação societária				Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
		2009		2008		2009		2008	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.258.390	-	1.258.390	1.259.891	1.776.610	-	1.776.610	1.776.610
Imóveis	4	24.101.491	(1.713.805)	22.387.686	3.836.902	26.361.868	(2.073.657)	24.288.211	5.606.760
Instalações	10	75.107	(27.326)	47.781	56.407	87.541	(29.370)	58.171	66.925
Computadores e periféricos	20	1.980.641	(1.980.641)	-	135.194	2.981.219	(2.684.438)	296.781	441.911
Móveis e utensílios	10	1.028.816	(953.571)	75.245	61.737	1.651.619	(1.296.440)	355.179	339.078
Máquinas e equipamentos	10	989.437	(688.484)	300.953	246.069	1.386.692	(885.337)	501.355	443.385
		<u>29.433.882</u>	<u>(6.052.311)</u>	<u>24.070.055</u>	<u>5.596.200</u>	<u>34.245.549</u>	<u>(6.969.242)</u>	<u>27.276.307</u>	<u>8.674.669</u>

Movimentação do custo

	Legislação societária				Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
	31/12/2008 Custo	Adições	Transferências	31/12/2009 Custo	31/12/2008 Custo	Adições	Transferências	31/12/2008 Custo
Terrenos	1.258.390	-	-	1.258.390	1.776.610	-	-	1.776.610
Imóveis	5.075.445	19.026.046	-	24.101.491	7.202.210	19.159.658	-	26.361.868
Instalações	75.107	-	-	75.107	87.541	-	-	87.541
Computadores e periféricos	1.960.689	19.952	-	1.980.641	2.963.292	17.927	-	2.981.219
Móveis e utensílios	925.204	103.612	-	1.028.816	1.543.512	108.107	-	1.651.619
Máquinas e equipamentos	824.022	165.415	-	989.437	1.216.936	169.756	-	1.386.692
	<u>10.118.857</u>	<u>19.315.025</u>	<u>-</u>	<u>29.433.882</u>	<u>14.790.101</u>	<u>19.455.448</u>	<u>-</u>	<u>34.245.549</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

6 Provisões para riscos fiscais

A Fundação possui processos de naturezas fiscais e trabalhistas em andamento e, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

	Legislação societária			
	31/12/09		31/12/08	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Tributárias				
Federais:				
INSS	754.957	(754.957)	-	-
COFINS	14.973.030	(14.973.030)	-	51.677
Municipais:				
ISS - Distrito Federal	1.080.282	(1.080.282)	-	-
ISS - SMS	417.387	(417.387)	-	-
ISS - Obrigações acessórias	68.899	(68.899)	-	-
Trabalhistas	-	-	-	<u>53.389</u>
	<u>17.294.555</u>	<u>(22.129.727)</u>	-	<u>105.066</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
	31/12/09			31/12/08
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Tributárias				
Federais:				
INSS	754.957	(754.957)	-	-
COFINS	14.973.030	(14.973.030)	-	53.562
Municipais:				
ISS - Distrito Federal	1.080.282	(1.080.282)	-	-
ISS - SMS	417.387	(417.387)	-	-
ISS - Obrigações acessórias	68.899	(68.899)	-	-
Trabalhistas	-	-	-	55.336
	<u>17.294.555</u>	<u>(22.129.727)</u>	<u>-</u>	<u>108.898</u>

O valor apresentado no balanço patrimonial na conta depósito judicial refere-se ao saldo registrado em depósitos judiciais como segue:

Tributárias	31/12/09	31/12/08
INSS	114.008	-
COFINS	4.721.164	-
ISS – 2000	<u>1.081.554</u>	<u>1.038.301</u>
	<u>5.916.726</u>	<u>1.038.301</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Movimentação dos processos

	Legislação societária				
	2008	2009			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversões	Pagtos.	Saldo final
Tributárias					
Federais:					
INSS	848.889	20.076	(114.008)	-	754.957
COFINS	18.372.407	1.380.100	(4.779.477)	-	14.973.030
Municipais:					
ISS - Distrito Federal	1.036.780	43.502	-	-	1.080.282
ISS - SMS	400.492	16.895	-	-	417.387
ISS - Obrigações Acessórias	66.143	2.756	-	-	68.899
Trabalhistas	<u>68.189</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(68.189)</u>	<u>-</u>
	<u>20.792.900</u>	<u>1.463.329</u>	<u>(4.893.485)</u>	<u>(68.189)</u>	<u>17.294.555</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante				
	2008	2009			
	Saldo inicial	Adição (redução) à provisão	Reversões	Pagtos.	Saldo final
Tributárias					
Federais:					
INSS	879.845	(2.243)	(122.645)	-	754.957
COFINS	19.042.394	710.113	(4.779.477)	-	14.973.030
Municipais:					
ISS - Distrito Federal	1.074.588	5.694	-	-	1.080.282
ISS - SMS	415.097	2.290	-	-	417.387
ISS – Obrigações acessórias	68.555	344	-	-	68.899
Trabalhistas	<u>55.912</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(55.912)</u>	<u>-</u>
	<u>21.536.391</u>	<u>707.561</u>	<u>(4.902.122)</u>	<u>(55.912)</u>	<u>17.294.555</u>

INSS - Em agosto de 1995, em procedimento de fiscalização, o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social interpretou que todos os pagamentos efetuados às pessoas físicas prestadoras de serviços nos últimos 10 anos não poderiam ter sido caracterizados como pagamento a autônomos. Como consequência desta decisão, o INSS emitiu notificação de recolhimento complementar contra a FIPECAFI, que a contesta judicialmente, tendo efetuado, originalmente, depósito judicial do valor questionado junto à CEF - Caixa Econômica Federal e contabilizado a respectiva provisão passiva. Em setembro de 2009, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo decidiu por extinguir os supostos débitos relativos ao período de janeiro de 1985 a dezembro de 1989. Em face a essa decisão, a Administração decidiu por reverter o valor provisionado correspondente ao período acima mencionado. Em 26 de novembro de 2009, a quantia depositada foi transferida da conta junto à CEF – Caixa Econômica Federal para a Fazenda Nacional sendo, a partir da referida data, corrigida pela variação mensal da Selic. O INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social recorreu da decisão estando os autos aguardando julgamento.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

COFINS - Em 1999, a FIPECAFI ingressou com uma Ação Ordinária contra a cobrança da COFINS, tendo obtido liminar autorizando o depósito judicial. A partir de 1994, até a presente data, a FIPECAFI vem depositando judicialmente e contabilizando a provisão passiva. No ano de 2009 a FIPECAFI avaliou, juntamente com seus assessores jurídicos, a referida ação e decidiu por reverter a provisão constituída relativa ao período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2009. Tal decisão baseia-se em parecer jurídico sustentado na Medida Provisória 2.158-35/01, artigo 14. Os Autos estão conclusos para sentença.

ISS 2000 a 2009 - Em resposta ao processo de renovação de cadastro de imunidade para o exercício de 2000, a Divisão de Serviços Especiais da Prefeitura do Município de São Paulo acatou como imunes, os cursos ministrados pela FIPECAFI, não incidindo sobre essa receita o Imposto Sobre Serviços (ISS).

No entanto, tal instrumento não reconheceu a atividade de consultoria como imune àquele imposto, modificando a decisão tomada em anos anteriores. A FIPECAFI ingressou com um Mandado de Segurança contra a cobrança do ISS referente ao ano de 2000 e obteve liminar autorizando o depósito judicial do valor do débito. A contribuição daquele ano foi provisionada e depositada judicialmente. Os autos estão aguardando julgamento da apelação no 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo.

Em 18 de junho de 2002 teve início fiscalização da Prefeitura do Município de São Paulo, examinando o período de 1 de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2001. A referida fiscalização foi concluída em 11 de novembro de 2002, sem apuração de irregularidades, não ocasionando nenhum Auto de Infração.

Em 8 de julho de 2003, a Comissão Permanente de Revisão - CPR tornou sem efeito o termo de encerramento da fiscalização e reabriu a citada ação fiscal. Diante disso, a Administração da Fundação resolveu constituir, para os anos de 2001 a 2008, uma provisão para eventual cobrança de ISS.

Entretanto, durante o exercício de 2008, os assessores jurídicos da Fundação classificaram a chance de perda concernente às lides do ISS como possível. Sendo assim, a Administração da FIPECAFI decidiu pelo estorno dos valores constituídos em virtude do tributo citado gerando um efeito positivo na demonstração de superávit daquele ano de R\$ 5.103.145 pela legislação societária e R\$ 5.440.323 pela correção monetária integral. Essa decisão teve como base a NPC nº 22 - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas emitida pelo IBRACON, em 3 de outubro de 2005. De forma mais específica, foi utilizado o item 11 da NPC nº 22 do IBRACON como base para o estorno. Em 2009 a classificação de probabilidade de perda continua como possível, de acordo com os assessores jurídicos da Fundação.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

ISS do Distrito Federal - A FIPECAFI detém liminar que impede o pleito do Governo do Distrito Federal de cobrar ISS sobre a receita dos serviços de consultoria prestados naquela localidade. A Entidade vem provisionando o valor do imposto pleiteado e aguarda o julgamento do mérito da ação. O valor provisionado, devidamente atualizado, está registrado na rubrica de passivo não circulante (exigível a longo prazo). Os autos foram remetidos à Procuradoria Geral da República, para emissão de parecer sobre o caso.

ISS a recuperar - A Entidade mantém contrato de prestação de serviços de consultoria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo que efetuou um desconto em cada pagamento do equivalente a 5% a título de ISS. O valor descontado foi transferido de contas a receber para a rubrica de ativo não circulante “realizável a longo prazo”. Além disso, foi constituída uma provisão no passivo não circulante “exigível a longo prazo”. Em 24 de março de 2005, a Fundação, através de seus assessores jurídicos, apresentou pedido administrativo de restituição do valor descontado, fundamentada na sua imunidade tributária. O pedido aguarda decisão final administrativa.

Riscos possíveis

Municipais - Na esfera municipal, como durante o exercício de 2008 os assessores jurídicos da Fundação classificaram a chance de perda concernente às lides do ISS como possível, tais valores foram revertidos da escrituração contábil. Entretanto, conforme na NPC nº 22 - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas - emitida pelo IBRACON, em 3 de outubro de 2005, dado que tal risco foi classificado com chance de perda possível, é necessário evidenciar o montante estimado dessa lide. A Fundação estima que os valores atualizados do ISS referentes aos exercícios de 2000 a 2009 sejam de R\$ 7.673.793.

Federais - No âmbito federal, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 12.072.016 para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	8.117.576
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.661.801
PIS/PASEP	<u>1.292.639</u>
	<u>12.072.016</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Em 3 de fevereiro de 2003, a Secretaria da Receita Federal expediu Ato Declaratório nº 18 que determinou a suspensão da imunidade tributária da Fundação, relativamente ao exercício de 1998. Baseado neste ato declaratório, a Secretaria da Receita Federal lavrou Auto de Infração datado de 18 de novembro de 2003. Os valores mencionados no Auto de Infração, atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, constam no quadro acima.

Em 30 de dezembro de 2003, foi apresentada impugnação, por meio da qual foi requerida a declaração de nulidade e conseqüente extinção do Auto de Infração.

A Administração da Fundação, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerou desnecessário constituir qualquer provisão para riscos fiscais, pois entende que o risco de perda é possível para os valores relacionados ao IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e remota para os valores relacionados ao PIS/Pasep.

Em 26 de agosto de 2009 a secretaria da Quarta Câmara da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, decidiu, por maioria de votos, manter os efeitos do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 18/2003 anulando os Autos de Infração impostos à FIPECAFI através do Acórdão nº 1402-00.132.

A PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional recorreu da decisão e os Autos aguardam processamento.

A Fundação não possui qualquer processo envolvendo riscos ambientais em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

7 Financiamentos

Em 30 de julho de 2009, a FIPECAFI firmou contrato de financiamento imobiliário junto ao Banco Itaú-Unibanco S.A. no montante de R\$ 14.055.765.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 13,10% a.a. mais a variação anual da TR – Taxa Referencial.

A amortização do principal será paga em 144 prestações mensais, entre 30 de agosto de 2009 e 30 de julho de 2021.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

A principal garantia deste contrato de financiamento é a manutenção de aplicação financeira junto ao Banco Itaú-Unibanco S.A. no equivalente a 60,16% do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2009 o saldo devedor totalizava R\$ 13.565.504, o que perfaz R\$ 8.161.007 como montante necessário de aplicação para garantia.

8 Patrimônio social

O Patrimônio da entidade foi, inicialmente, constituído por aporte efetuado pelos Membros Instituidores, conforme Escritura de Instituição, datada de 01/08/1974. Nos demais exercícios, parte do superávit foi destinado ao patrimônio, conforme deliberação, em cada oportunidade, pelo Conselho Curador da Fundação.

9 Conciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio social, apurados pela legislação societária e em moeda de capacidade aquisitiva constante

	Superávit (déficit) do exercício		Patrimônio social	
	2009	2008	2009	2008
Legislação societária	374.622	(2.524.605)	26.900.901	26.526.279
Correção monetária:				
Do permanente	684.874	509.883	3.266.894	2.930.515
Do patrimônio social	<u>(1.315.828)</u>	<u>(2.100.125)</u>	<u>-</u>	<u>967.333</u>
Em moeda de poder aquisitivo constante	<u>(256.332)</u>	<u>(4.114.847)</u>	<u>30.167.795</u>	<u>30.424.127</u>

10 Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

11 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber e de demais contas a receber e a pagar) estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas. Durante o exercício de 2009, a Fundação não realizou operações com derivativos financeiros.

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Fundação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pelo Conselho Curador da entidade.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Fundação, conforme o quadro a seguir:

Classificação dos instrumentos financeiros

Legislação societária

Instrumentos financeiros não derivativos por categoria

	Nota	2009			2008		
		Valor justo através do resultado	Mantido até o vencimento	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Mantido até o vencimento	Custo amortizado
Ativo							
Disponibilidades		37.104	-	-	517.039	-	-
Aplicações financeiras	4	-	-	-	1.819.835	-	-
Fundo de pesquisas	4	1.621.777	-	-	1.488.611	-	-
Contas a receber de clientes		-	-	2.124.145	-	-	1.725.896
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	-	6.375.781	-	-
Fundo para Internacionalização do depto. de contabilidade e Atuária da FEA/USP	4	7.170.659	-	-	7.413.357	-	-
Investimentos		2.071.510	-	-	1.998.655	-	-
		<u>10.901.050</u>	<u>-</u>	<u>2.124.145</u>	<u>19.613.278</u>	<u>-</u>	<u>1.725.896</u>
Passivo							
Fornecedores		-	-	123.388	-	-	173.194
Contas a pagar		-	-	128.749	-	-	49.913
Serviços prestados a pagar		-	-	1.094.967	-	-	1.252.933
Adiantamento de clientes		-	-	403.322	-	-	599.301
Mútuo		-	-	958.106	-	-	-
Financiamento		-	-	13.565.504	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.274.036</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.075.341</u>

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Em moeda de capacidade aquisitiva constante

Instrumentos financeiros não derivativos por categoria

	Nota	2009			2008		
		Valor justo através do resultado	Mantido até o vencimento	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Mantido até o vencimento	Custo amortizado
Ativo							
Disponibilidades		37.104	-	-	517.039	-	-
Aplicações financeiras	4	-	-	-	1.819.835	-	-
Fundo de pesquisas	4	1.621.777	-	-	1.488.611	-	-
Contas a receber de clientes		-	-	2.124.145	-	-	1.725.896
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	-	6.375.781	-	-
Fundo para Internacionalização do depto. de contabilidade e Atuária da FEA/USP	4	7.170.659	-	-	7.413.357	-	-
Investimentos		2.071.510	-	-	1.998.655	-	-
		<u>10.901.050</u>	<u>-</u>	<u>2.124.145</u>	<u>19.613.278</u>	<u>-</u>	<u>1.725.896</u>
Passivo							
Fornecedores		-	-	123.388	-	-	173.194
Contas a pagar		-	-	128.749	-	-	49.913
Serviços prestados a pagar		-	-	1.094.967	-	-	1.252.933
Adiantamento de clientes		-	-	403.322	-	-	599.301
Mútuo		-	-	958.106	-	-	-
Financiamento		-	-	13.565.504	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.274.036</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.075.341</u>

Valor justo dos instrumentos financeiros

A Fundação possuía em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 instrumentos financeiros não derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 38, 39 e 40. Tais instrumentos financeiros compunham uma parte dos investimentos de curto e longo prazo da Fundação.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

Legislação societária

	Nota	2009			2008		
		Valor contábil (A)	Valor justo (B)	Diferença (A)-(B)	Valor contábil (A)	Valor justo (B)	Diferença (A)-(B)
Ativos							
Disponibilidades		37.140	37.140	-	517.039	517.039	-
Aplicações financeiras	4	-	-	-	1.819.835	1.819.835	-
Fundo de pesquisas	4	1.621.777	1.621.777	-	1.488.611	1.488.611	-
Contas a receber de clientes		2.124.145	2.124.145	-	1.725.896	1.725.896	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	-	6.375.781	6.375.781	-
Fundo para Internacionalização do depto. de contabilidade e Atuária da FEA/USP	4	7.170.659	7.170.659	-	7.413.357	7.413.357	-
Passivos							
Fornecedores		123.388	123.388	-	173.194	173.194	-
Contas a pagar		128.749	128.749	-	49.913	49.913	-
Serviços prestados a pagar		1.094.967	1.094.967	-	1.252.933	1.252.933	-
Adiantamento de clientes		403.322	403.322	-	599.301	599.301	-
Mútuo		958.106	958.106	-	-	-	-
Financiamento		13.565.504	13.565.504	-	-	-	-

Em moeda de capacidade aquisitiva constante

	Nota	2009			2008		
		Valor contábil (A)	Valor Justo (B)	Diferença (A)-(B)	Valor contábil (A)	Valor justo (B)	Diferença (A)-(B)
Ativos							
Disponibilidades		37.140	37.140	-	517.039	517.039	-
Aplicações financeiras	4	-	-	-	1.819.835	1.819.835	-
Fundo de pesquisas	4	1.621.777	1.621.777	-	1.488.611	1.488.611	-
Contas a receber de clientes		2.124.145	2.124.145	-	1.725.896	1.725.896	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	-	6.375.781	6.375.781	-
Fundo para Internacionalização do depto. de contabilidade e Atuária da FEA/USP	4	7.170.659	7.170.659	-	7.413.357	7.413.357	-
Passivos							
Fornecedores		123.388	123.388	-	173.194	173.194	-
Contas a pagar		128.749	128.749	-	49.913	49.913	-
Serviços prestados a pagar		1.094.967	1.094.967	-	1.252.933	1.252.933	-
Adiantamento de clientes		403.322	403.322	-	599.301	599.301	-
Mútuo		958.106	958.106	-	-	-	-
Financiamento		13.565.504	13.565.504	-	-	-	-

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

12 Evento subsequente

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A Fundação está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

CPC 16 - Estoques: Determina a forma de avaliação dos estoques adquiridos para revenda, dos mantidos para consumo ou utilização industrial ou na prestação de serviços, dos em processamento e dos produtos acabados prontos para a venda.

CPC 24 - Evento Subsequente: Define quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações e as informações que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Define a base para a apresentação de demonstrações financeiras, inclusive as separadas e consolidadas, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

CPC 27 - Ativo Imobilizado: Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, bem como a divulgação das mutações nesse investimento e das informações que permitam o entendimento e a análise desse grupo de contas. Os principais pontos a serem considerados na contabilização dos ativos imobilizados são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e as perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

CPC 30 - Receitas: Estabelece que a receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados; e deve ser mensurada pelo valor justo da retribuição recebida ou a receber.

O pronunciamento identifica as circunstâncias em que esses critérios serão satisfeitos para que a receita seja reconhecida. Ele também proporciona orientação prática na aplicação desses critérios.

CPC 33 - Benefícios a Empregados: Requer que a patrocinadora/empregadora reconheça: (a) um passivo, quando o empregado presta o serviço em troca dos benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa, quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado.

CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Seu objetivo é garantir que as primeiras demonstrações financeiras consolidadas de uma entidade, elaboradas conforme as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) contenham informações de alta qualidade; e que sejam transparentes para os usuários e comparáveis em relação a todos os períodos apresentados; proporcionem um ponto de partida adequado para as contabilizações de acordo com as IFRSs; e possam ser geradas a um custo que não supere os seus benefícios. Esse pronunciamento limita algumas das alternativas existentes na norma original do IASB (IFRS 1).

CPC 38, 39 e 40: O CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece princípios para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros. Também estabelece requerimentos para separação de derivativos embutidos, regras para o não reconhecimento de um passivo financeiro assim como contabilização de operações de hedge. Os requisitos para apresentar os instrumentos financeiros estão no Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e os requisitos para divulgar informações a respeito de instrumentos financeiros estão no Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Composição do Conselho Curador

Sérgio de Iudicibus
Presidente

Ariovaldo dos Santos
Membro do Conselho

Diogo Toledo do Nascimento
Membro do Conselho

Edgard Bruno Cornachione Jr.
Membro do Conselho

Eliseu Martins
Membro do Conselho

Fábio Frezatti
Membro do Conselho

Gerlando A. Franco de Lima
Membro do Conselho

Gilberto de A. Martins
Membro do Conselho

Lázaro Plácido Lisboa
Membro do Conselho

Marina Mitiyo Yamamoto
Membro do Conselho

Masayuki Nakagawa
Membro do Conselho

Reinaldo Guerreiro
Membro do Conselho

Sergio Rodrigues Bio
Membro do Conselho

Composição da Diretoria

Iran Siqueira Lima
Diretor Presidente

Geraldo Barbieri
Diretor Administrativo-Financeiro

L.Nelson Carvalho
Diretor de Pesquisas

Silvia de Castro Casa Nova
Diretora de Cursos

Composição do Conselho Fiscal

Edison Castilho
Presidente

João Domiraci Paccez
Membro do Conselho - Efetivo

Nelson dos Santos
Membro do Conselho - Efetivo

José Roberto Kassai
Membro do Conselho - Suplente

Luis Eduardo Afonso
Membro do Conselho - Suplente

Tânia Regina S. Relvas
Membro do Conselho - Suplente

Mario Armando Fernandes
Contador
CRC 175236/SP